

Anais Eletrônicos do
X Encontro Estadual ANPUH-GO
Didática da história: pesquisar, explicar, ensinar

ISSN 2238-7609

A CONSCIÊNCIA HISTÓRICA E A CULTURA ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO EM QUIRINÓPOLIS-GO¹

Mirtes Ferreira de Freitas Lima²
mirtesueg_historia@yahoo.com.br
Wanderleia Silva Nogueira³
wanderleiasnogueira@hotmail.com

RESUMO: O presente artigo busca refletir sobre as especificidades da História em dois momentos. A primeira parte está centrada na documentação de análise que são os PDE/PPP/PCN's os quais permitem ao receptor uma proximidade interpretativa mais ampla, a partir das relações espaço/tempo, formando uma consciência histórica pela representação da escola. Na segunda parte abordar-se-á o período que consolida a história como disciplina por meio de análise das representações de alunos e professores. A problematização se dá nas implicações da ideia de que, de um lado, há uma nova especificidade trazida pelo professor pesquisador apresentando um estudo de teoria e prática da escrita da história, tendo como fio condutor de análise a história cultural utilizando a história oral como metodologia para a solução do problema.

PALAVRAS-CHAVE: Consciência histórica; Cultura escolar; Representação.

ABSTRACT: This essay reflects on the specifics of history into two parts. The first part focuses on the documentation of analysis that are the PDE / PPP / NCP 's which allow the

¹ Este artigo foi escrito para o X Encontro Estadual ANPUH-GO Didática da História: pesquisar, explicar, ensinar, que se realizará em Goiânia na Universidade Federal de Goiás no período de 18 a 21 de junho de 2012.

² Mestranda em História pela PUC-GO, professora da UEG – Universidade Estadual de Goiás, Unidade de Quirinópolis, ministrando as disciplinas de Didática e Metodologia do Ensino de História I e Estágio Supervisionado I. Email: mirtesueg_historia@yahoo.com.br

³ Professora mestre em História pela PUC-GO, professora da Universidade Estadual de Goiás, Unidade de Quirinópolis, ministrando as disciplinas de Didática e Metodologia do Ensino de História II e Estágio Supervisionado II. Email: wanderleiasnogueira@hotmail.com

receiver to close a broader interpretation, from the relations of space / time, forming a historical consciousness by representing the school. In the second part will address the period consolidates the history as a discipline by analyzing the representations of students and teachers. The questioning takes place on the implications of the idea that, on the one hand, there is a new specificity brought by the teacher researcher presented a study of theory and practice of writing history, with the thread of analysis cultural history using oral history as methodology to solve the problem.

KEYWORDS: Historical Consciousness; School culture; Representation.

Considerações Iniciais

O artigo busca estudar as questões da didática investigando a consciência histórica e a cultura escolar como processo social no seio de uma determinada escola, bem como as metodologias apropriadas, análise de dados para se ter uma compreensão da formação dos indivíduos, tendo em vista o seu desenvolvimento humano para tarefa na vida em sociedade. A pedagogia, portanto, é sempre uma concepção da direção do processo educativo subordinado a uma concepção político-social.

Portanto, apresentamos uma preocupação com a educação escolar mais especificamente com a disciplina de história, uma atividade social que através de instituições próprias, visa a assimilação dos conhecimentos e experiências humanas acumuladas no decorrer da história, tendo em vista a formação dos indivíduos enquanto seres sociais, cabe à história intervir nesse processo de assimilação, orientando-o para finalidades sociais e políticas criando um conjunto de condições metodológicas e organizativas para viabilizá-los no âmbito da escola.

A Didática é, pois, uma das disciplinas que estuda o processo de ensino através dos seus componentes e os conteúdos escolares devendo o ensino e a aprendizagem ser uma orientação para vida, com o embasamento numa teoria historiográfica, formular diretrizes orientadoras da atividade profissional dos professores.

Ao apresentar o problema da história compreende o estudo dos métodos, e o conjunto dos procedimentos de investigação dos diferentes conteúdos quanto aos seus fundamentos e validade, distinguindo-se das técnicas que são a aplicação específica dos

métodos. No campo da didática, há uma relação entre os métodos próprios da ciência que da suporte à matéria de ensino e os métodos de ensino.

Técnica, recursos ou meios de ensino são complementos da metodologia, colocados à disposição do professor para enriquecimento do processo de ensino. Atualmente, a expressão “tecnologia educacional” adquiriu um sentido bem mais amplo, englobando técnicas de ensino diversificadas desde os recursos da informática, dos meios de comunicação e os audiovisuais até os de instrução programada de estudo individual e em grupos.

A didática tem muito ponto em comum com metodologias específicas de ensino. Elas são as fontes de investigação didática, ao lado da psicologia da educação e da sociedade da educação. Mas, ao se constituir como teoria da instrução e do ensino, abstrai das particularidades de cada matéria para generalizar princípios para qualquer uma delas.

São temas fundamentais da didática: os objetos sociopolíticos e pedagógicos da educação escolar, os conteúdos escolares os princípios didáticos, os métodos de ensino e de aprendizagem, as formas organizativas do ensino, o uso e aplicação de técnicas e recursos, o controle e a avaliação da aprendizagem.

A história enquanto ciência específica da educação vem cada vez mais perdendo sua dimensão de ciência e sua importância nos procedimentos de sala de aula uma vez que se espera na disciplina de Didática reformas da humanidade, já que deveria orientar educadores e destes, por sua vez, dependeria a formação das novas gerações, justifica-se, assim as muitas esperanças nelas depositadas, acompanhadas, infelizmente, de outras tantas frustradas das políticas educacionais.

E nesta busca constante de pretensão de análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais (mais especificamente os PCN's de História), abordando os condicionantes históricos dos PCN's, assim como o projeto político pedagógico em que o mesmo está inserido, para que, desta forma, possa-se desvelar as influências sobre este referencial curricular focar-se-á a relação entre os PCN's e o cotidiano escolar, pautando-se pela percepção dos atores educativos da escola pesquisada, buscando compreender o conceito de consciência histórica presente no mesmo.

O conceito de consciência histórica, discutido no artigo é trabalhado filosoficamente por Jörn Rüsen, no qual relaciona-se com a necessidade de orientação temporal do ser humano e distingue-se de uma simples resposta de senso comum às exigências práticas baseadas exclusivamente em sentimentos de identidade.

Neste sentido a implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais pelo Ministério da Educação cria-se um Padrão Referencial para o currículo brasileiro com o fito

de se atingir, juntamente com a expansão da Educação Básica, uma melhora das condições e da qualidade do ensino escolar.

Na perspectiva de analisar os PCN's no cotidiano escolar na área de história utilizar-se-á as categorias de análise construídas por (SANTIAGO, 2000, p.68) no artigo intitulado "A viabilidade dos PCN como política pública de intervenção no currículo escolar", ou seja, a análise terá como base os conceitos de pertinência e viabilidade, o que permitiria questionar a orientação curricular elaborada pelo governo e sua influência no trabalho dos atores educativos. Para a autora, ao analisar os PCN's deve-se pensar o que o governo propõe, juntamente com a análise da realidade escolar, que pode ou não contribuir para a adoção de determinadas orientações oficiais.

Desta forma, o governo, ao produzir os PCN's, buscou normatizar a construção dos currículos, com a finalidade de atingir determinados objetivos. Conforme se lê na Introdução dos (PCN's, 1998, p. 55), o mesmo tem como objetivo desenvolver nos alunos a compreensão de conceitos e valores tais como: cidadania, solidariedade, responsabilidade, entre outros.

Nesta concepção de um currículo voltado para a totalidade, os PCN's trazem recomendações para uma educação voltada para os desafios históricos da sociedade capitalista, como se pode ver abaixo:

- aprender a conhecer, que pressupõe saber selecionar, acessar e integrar os elementos de uma cultura geral, suficientemente extensa e básica, com o trabalho em profundidade de alguns assuntos, com espírito investigativo e visão crítica; em resumo, significa ser capaz de aprender a aprender ao longo de toda a vida;
- aprender a fazer, que pressupõe desenvolver a competência do saber se relacionar em grupo, saber resolver problemas e adquirir uma qualificação profissional;
- aprender a viver com os outros, que consiste em desenvolver a compreensão do outro e a percepção das interdependências, na realização de projetos comuns, preparando-se para gerir conflitos, fortalecendo sua identidade e respeitando a dos outros, respeitando valores de pluralismo, de compreensão mútua e de busca da paz;
- aprender a ser, para melhor desenvolver sua personalidade e poder agir com autonomia, expressando opiniões e assumindo as responsabilidades pessoais. (BRASIL, 1998, p. 17).

Ao problematizar os PCN's o que acontece afinal na aula de História para dar resposta a esta necessidade de orientação temporal? Será ela inculcadora de valores que estão inseridos nos PCN's? Estes são valores que permeiam as ações humanas? Aceita-se, sem questionar os valores de cada cultura, de cada um?

Assim, percebemos que no século XXI há uma necessidade de uma aula de história em que se trabalhe os temas transversais onde há um domínio de certas competências

historiográficas, construir não apenas a narrativa, mas a orientação para ações humanas: como agir? Como se orientar enquanto cidadão?

A hipótese da pesquisa se dá no intuito de reelaborar a estrutura temporal da história, como vozes que evoca a memória histórica que confrontando do cotidiano da escola nos mostra que a educação reelabora políticas educacionais, mas não está conseguindo atingir o seu objetivo, pois as orientações nas escolas acontecem apenas no grupo gestor deixando a prática permanecer como está, sem resultados diretos que direcionam o caráter científico da História.

Dentre os entrevistados sobre consciência histórica que apresenta uma preocupação de ancorar um conhecimento empírico a qual permite fazer “uso” de uma análise crítica da história da disciplina, como o caso de A. Moraes, que ao contar a sua prática como professora nos remete a narrativa da identidade, pois mostra o substrato da memória coletiva de um grupo de professores.

É falar de história não sei mais agora as aulas elas fica complicadas com tantos transversal...mas eu acho que a gente ainda carrega muita coisa dos PCN's a gente teve que estudar, se adaptar. Então eu acho que a gente tenha isso ainda, ele consegue adaptar. Principalmente na questão da cidadania, de moral, é...de saúde, né. Mas formar cidadãos críticos que é nosso objetivo da disciplina não sei não acho pobre. (Professora do Ensino Fundamental).

Durante a observação neste período da pesquisa, ficou patente a preocupação dos professores e professoras com esta nova política curricular imposta pela Secretaria de Educação, já que muitos viam o engessamento de suas atividades, além do desrespeito à sua autonomia pedagógica.

Com o intento de compreender a relação entre a nova Proposta Pedagógica e os Parâmetros Curriculares Nacionais, optou-se por dar voz aos atores educativos da escola, para que os mesmos manifestassem sua compreensão sobre a viabilidade dos PCN's no cotidiano escolar. Sendo assim, questionou-se os atores educativos se os PCN's estavam presentes na elaboração das aulas assim, a Diretora explica:

Olha, hoje em dia é difícil de falar que a gente pega os Parâmetros Curriculares Nacionais, sentamos e discutimos com os nossos professores. Por quê? Uma, pela falta de tempo, uma porque tudo é imposto, né. Vocês têm acompanhado, você tem acompanhado por televisão, que o governador ta mandando as apostilas que são os cadernos. Então hoje vem de cima para baixo nós não podemos reelaborar, nós temos que trabalhar conforme vem determinado e ai fica difícil pra gente pegar este material. Chega atrasado, falta tempo para comparar se eles estão adequados com os Parâmetros Curriculares Nacionais. Então nós entendemos que, quem está pensando

lá em cima por nós, que estão pensando lá cima, não está deixando a gente agir como professor e educadores dentro de uma comunidade. Eu quero acreditar que eles estão baseando nos Parâmetros Curriculares Nacionais, mas falar que nós pegamos, sentamos e discutimos. Não há tempo hábil. (Diretora da Escola Pesquisada).

Contudo, para a Diretora da escola, os PCN's continuarão presentes para aqueles professores (as) que se preparam para a implementação do mesmo na escola, sendo assim, sua fala demonstra uma realidade presente nas organizações, em especial nas escolas, apontada por (LIMA, 2001) e por (GOODSON, 1995, p. 78) quando diz que:

O que está prescrito não é necessariamente o que é apreendido, e o que se planeja não é necessariamente o que acontece. Todavia, como já afirmamos, isto não implica que devemos abandonar nossos estudos sobre prescrição como formulação social, e adotar de forma única, o prático. Pelo contrário, devemos procurar estudar a construção social do currículo tanto em nível da prescrição como em nível de interação.

A posição de (GOODSON, 1995, p. 29), sobre o estudo do currículo, demonstra bem a situação vivenciada no cotidiano escolar perante o processo de normatização da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, portanto, compreender as possibilidades de permanência dos PCN's na escola, torna-se um modo de visualizar as tensões existentes entre NPP e o PCN, e suas possíveis rupturas e adaptações. Sendo assim, para que tal percurso possa ser traçado, analisar-se-á os Parâmetros Curriculares Nacionais, bem como sua relação com o conceito de cidadania, retornando assim com outros aspectos do cotidiano escolar, com o objetivo de compreender e focalizar de forma mais ampla não só o currículo prescrito, como também o currículo oculto que determinarão, em conjunto, práticas, saberes e percepções dos atores educativos.

Com base nestas reflexões questionamos não só o saber histórico na formação dos jovens e sim sua orientação para vida como RÜSEN propõe,

A consciência histórica vem à tona ao contar narrativas, isto é, histórias, que são uma forma coerente de comunicação, pois se refere à identidade histórica de ambos: comunicador e receptor. As narrativas, ou seja, histórias contadas aqui, são produtos da mente humana; com sua ajuda as pessoas envolvidas localiza-se no tempo de um modo aceitável para si mesmas. (RÜSEN, 2010, p. 80).

Neste contexto teórico a problematização está em delimitar as questões de natureza metodológica que é demonstrado num processo circular da compreensão e o modo de mediação entre o historiador e as fontes. Inicialmente elegemos algumas falas que apesar de dispersas, podem ser recolhidas e organizadas mostrando um pouco da história. Dando

sentido à narrativa da construção identitária da disciplina de história que permitem uma interpretação que aqui funciona como documento, testemunho histórico que conforme Burke “(...) constitui-se numa forma importante de evidência histórica”. (BURKE, 2004, p. 17).

Assim as questões que nortearam a investigação são:

- 1- Como os jovens da escola em questão se orientam no tempo?
- 2- Quais os conceitos elaborados pelos alunos de nação e cidadania?
- 3- Como se relacionam com a história?

Metodologia

Esta pesquisa pretende se valer da História Oral e da interdisciplinaridade enquanto métodos de pesquisa. A História Oral, como todas as metodologias, estabelece e ordena procedimentos de pesquisa. A pesquisa parte de um conjunto norteador, de uma questão de investigação a que se procura responder, com base nos dados coletados, e os documentos são criados a partir das fontes orais levantadas. O referencial teórico delinea a ótica segundo o problema enfatizado e como os dados serão analisados e interpretados para responder ao problema inicial levantado.

A metodologia em História Oral baseia-se no caráter dialógico da entrevista. A entrevista ilumina a documentação escrita, trazendo elementos subjetivos e literários. A oralidade possui influência desmistificadora, quebra o isolamento dos arquivos, sendo um locus privilegiado para trabalhar com a história minoritária, dando voz aos comuns, anônimos e excluídos.

As entrevistas coletadas podem assumir a forma de histórias de vida, relatos orais de vida e depoimentos orais.

Neste sentido elaboramos questionários para 110 alunos do ensino fundamental do 6º ao 9º ano, que irão proporcionar uma visão da realidade histórica do ensino de Quirinópolis.

Instrumentos e procedimentos

Os alunos participantes responderam a perguntas subjetivas que nos proporciona a análise da consciência histórica, perguntas individuais, respostas abertas que estimulasse a escrita.

1 – você tem um desafio pela frente: como você contaria a História do Brasil nos últimos cem anos?

2 – Na arte de contar a história, colocamos os alunos em círculo e solicitamos que cada um contasse com suas palavras a história do seu país. Quais são os marcos históricos? Quais Personagens?

A aula aconteceu em 2 horas/aulas junto com o professor regente da turma.

Metodologia de Análise de dados

Ao pensar a análise de dados como fundamento da história ensinada percebeu que a mesma evolui em rupturas marcantes e fáceis de serem pontuadas. A primeira ruptura é a chegada dos portugueses ao território brasileiro. Não podemos deixar de reconhecer que os portugueses trouxeram um padrão de educação próprio da Europa, mas não queremos dizer que aqui não possuíam características próprias de se fazer educação. Neste momento pode se ressaltar que a educação que se praticava entre as populações indígenas não tinham as marcas repressivas do modelo educacional europeu. Mas através do cotidiano os ensinamentos eram elaborados através das tradições. Neste momento percebemos duas educações que confluem em um mesmo espaço físico.

Quando os jesuítas chegaram não trouxeram somente a moral, os costumes e a religiosidade europeia; trouxeram também os métodos pedagógicos. Estes métodos funcionaram durante 210 anos, de 1549 a 1759, quando uma nova ruptura marca a história da educação no Brasil, a expulsão dos jesuítas por Marquês de Pombal, neste sentido se existia alguma coisa bem estruturada em termos de educação o que se viu a seguir foi o mais absoluto caos. Tentaram-se aulas régias, o subsídio literário, mas o caos continuou até que a Família Real, fugindo de Napoleão na Europa, resolveu transferir o Reino para o Novo Mundo.

Na verdade não se conseguiu implantar um sistema educacional nas terras brasileiras, mas, a vinda da Família Real permitiu uma nova ruptura com a situação anterior. Para preparar o terreno para sua estadia no Brasil D. João VI abriu Academias Militares, Escolas de Direito e Medicina, a Biblioteca Real, o Jardim Botânico e, sua iniciativa mais marcante em termos de mudança, a Imprensa Régia, segundo alguns autores o Brasil foi finalmente “descoberto” e a nossa história passou a ter uma complexidade maior.

A educação, no entanto continuou a ter uma importância secundária. Basta ver que enquanto nas colônias espanholas já existiam muitas universidades, como a de São Domingos no México (1538) a nossa primeira universidade só irá acontecer em 1934 em São Paulo.

Por todo o Império, incluindo D. João VI, Pedro I, Pedro II, pouco se fez pela educação brasileira e muitos reclamavam de sua qualidade ruim. Com a proclamação da República tentou-se reformas que pudessem dar uma nova guinada, mas se observarmos bem, a educação brasileira não sofreu um processo de evolução que pudesse ser considerado marcante ou significativo em termo de modelo.

Até os dias de hoje muito tem se mexido no planejamento educacional como a lei 5.692/71 LDB, mas a educação continua a ter as mesmas características que é a de manter o “status quo” para aqueles que frequentam os bancos de escolares.

Podemos dizer que a educação Brasileira tem um princípio, meio e fim bem demarcado e facilmente observável.

E ao ler e interpretar os dados percebemos que os alunos quanto à história do Brasil possuem uma visão positivista, com nomes e fatos políticos numa cronologia factual, sem ao menos utilizar os conhecimentos ditos “transversais” tão citados nos PCN’s e nas sequências didáticas do professor regente.

Um fato interessante que deve ser ressaltado é a análise dos jovens sobre o índio que na visão do aluno ele não faz parte do Brasil, levando a mais uma indagação como a escola trabalha o dia do índio 19/04/ e aí vem a surpresa não há uma análise crítica da construção do Brasil enquanto nação e sim apresentações com indumentária que é a indígena.

A visão do Afrodescendente não está diferente, não faz parte da história do Brasil é apenas comemoração e nos levou a outra perspectiva de conflito ser afrodescendente é uma questão identitária ou racista? Diante dessas áreas de conflitos é que se apresenta a problemática desse estudo que consiste em saber qual seria a importância da consciência histórica na construção e preservação de uma identidade étnica, e de que maneira a sociedade e a mestiçagem são concebidas especialmente na sua forma ideológica.

Nossos objetivos em discutir essa questão consistem em identificar elementos reproduzidos na comunidade escolar que são formadores de uma identidade étnica, reconhecer as expressões culturais dessa comunidade confrontando-as com a ideia de uma identidade nacional.

É nesse contexto que a noção de mestiçagem apresenta-se carregada de ideologia, pois ao levar em consideração o fenótipo tem-se uma tendência a não avaliar o genótipo (relativo à transferência de genes), para MUNANGA:

A noção da mestiçagem parece mais ligada à percepção de senso comum do que ao substrato genético. Essa percepção é a de uma distância que pode ser biológica, mas que pode também corresponder a uma distância cultural biologizada. (MUNANGA, 2004, p. 19).

Enfim, a mestiçagem como foi concebida no Brasil seja ela biológica ou cultural, propunha uma homogeneidade racial, em oposição à pluralidade da sociedade brasileira, fato que pode ser verificado historicamente desde o início da colonização do país. Essa concepção de mestiçagem tem como consequência a negação ou mesmo destruição da identidade étnica dos grupos dominados. A intenção não é negar a presença da mestiçagem, pois como sugere (MUNANGA, 2004, p. 115), este é um fenômeno que indiscutivelmente está presente na sociedade brasileira.

Neste contexto a história do Brasil estudada no ensino fundamental tem limites quanto à visão de orientação para vida uma formação de cidadania limitada, entre a trama e o drama da narrativa do livro didático.

Considerações Finais

As tendências encontradas nos resultados parciais da pesquisa mostram hipótese quanto à disciplina de história e sua função social.

Ao analisar os PCN's na disciplina de história, podemos afirmar que o material é pertinente quanto à ideologia, mas se limita ao restringir o uso ao grupo gestor, por isso a parte interessada não tem acesso ao material o mesmo acontece com o PDE – plano de desenvolvimento da escola que teria que ser pensado e elaborado coletivamente pela comunidade escolar e mais uma vez é uma minoria que tem acesso.

Quanto ao cotidiano da escola e a construção da consciência histórica percebemos um discurso teórico desvinculado da prática, o qual não constrói base ideológica moderna na orientação para vida cidadã mais crítica e participativa.

REFERÊNCIAS

ALVES, N. *Nazareth Alves*. Depoimento [mar. 2012]: Entrevistadora: W. S. nogueira. M. F. F. Lima. Quirinópolis: 2012. 40 minutos

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988*. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 03 de abril de 2012.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais* / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEE, 1997.

GOODSON, Ivor F. *Currículo: teoria e história*. Tradução de Attílio Brunetta. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. *As políticas de currículo e de escolarização: abordagens históricas*. Tradução Vera Jocelyne. Petrópolis: Vozes, 2008.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: texto aprovado na Comissão de Educação, Cultura e Desporto da CD / com comentários de Dermeval Saviani... [et al.]. - São Paulo: Cortez, ANDE, 1990.

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 2008.

LIMA, Licínio C. *A escola como organização educativa*. São Paulo: Cortez, 2001.

MORAIS, A. *Ana Moraes*. Depoimento [mar. 2012]: Entrevistadoras: W. S. Nogueira. M. F. F. Lima. Quirinópolis: 2012. 2:30 minutos.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus Identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PLANO de Desenvolvimento da Escola. Quirinópolis. Não Publicado.

PLANO de Curso de História. Quirinópolis. 2011. Não publicado.

Regimento Interno. Quirinópolis. 2011. Não Publicado.

PLANO de Aula de História. Quirinópolis. 2011. Não publicado.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Resende. *Jörn Rüsen e o ensino de História*. (Orgs.). Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

Anais Eletrônicos do
X Encontro Estadual ANPUH-GO
Didática da história: pesquisar, explicar, ensinar

ISSN 2238-7609

AS RELÍQUIAS DOS TRÊS REIS MAGOS EM MILÃO, DO CULTO A TRADIÇÃO¹

Washington Maciel Silva²
washingtonmaciieldasilva@gmail.com

RESUMO: Este resumo apresenta um estudo sobre a origem das relíquias dos três reis magos do oriente em Milão. Fundamentamos a pesquisa com contexto histórico desde o surgimento do culto na cidade de Milão na Itália no século XII. O qual na mesma foi encontrado um sepulcro que continha inscrições alegando serem os restos mortais dos reis magos. A partir do achado houve uma difusão do culto a memória dos magos do oriente, com a peregrinação das relíquias (restos mortais) pela Europa. O culto a memória destes, foram sacralizados, transformou-se objeto de devoção aos peregrinos e viajantes durante as navegações. Reconhecendo seu caráter ousado nas peregrinações em terras distantes, assim como a perseguição. O Culto estabelece peculiaridades presente na tradição das antigas reisadas, janeiras e folias e a integração canto e gestos como pratica do clero. Por meio de fonte bibliográfica da historiografia da nova historia cultural e da antropologia, fundamenta a pesquisa e o estudo da memória na construção do fato histórico. Todo este contexto e repassado e lembrado, por meio do mito fundacional, das relíquias e a celebração da sua memória pela Europa medieval.

PALAVRAS-CHAVE: Culto, Relíquias e Três Reis Magos.

¹ Trabalho apresentado como comunicação no Simpósio Temático; Sociedade e Cultura na Idade Média: História e Memória, no X encontro Estadual da ANPUH-GO.

²Mestrando em Historia da PUC, Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Professor dos cursos de administração e engenharia agrícola. UEG-Universidade Estadual de Goiás, Unidade universitária de Santa Helena de Goiás.

Professor da secretaria municipal de educação de Rio Verde-GO.

ABSTRACT: This summary presents a study on the origin of the relics of the Magi from the east in Milan. Fundamental research with historical context since the emergence of worship in the city of Milan in Italy in the twelfth century. Which the same was found a tomb containing inscriptions claiming to be the remains of the Magi. From the finding was the widespread worship the memory of the Magi from the east, with the pilgrimage of the relics (remains) in Europe. The cult of the memory of these were made sacred, became the object of devotion for pilgrims and travelers during the voyages. Recognizing his character in bold wanderings in distant lands, as well as persecution. The Cult establishes peculiarities present in the tradition of ancient *reisadas*, *janeiras* and *folias* and integration as practiced singing and gestures of the clergy. Through bibliographic source of the new historiography of cultural history and anthropology, founded the research and study of memory in the construction of historical fact. All this and passed on and remembered through the founding myth, relics of his memory and celebration of the medieval Europe.

KEYWORDS: Worship, Relics and Three Kings.

Introdução

A devoção aos reis magos, inicia-se com o mito fundante foi nascimento de Jesus de Nazaré na visita dos três reis magos Melchior, Gaspar e Baltazar vindos do oriente. Depois, por meio da invenção das relíquias no século XII, em Milão (Itália), inicia a peregrinação destes restos mortais. Legitimado o início de uma prática do clero oficial, primeiramente na Itália e na Alemanha logo após reconhecida em Portugal. O culto aos reis magos uma identificação de império viajante e cristão, com suas festas populares como *folias* e *janeiras*, as *reisadas* um culto oficial do clero europeu. Na colonização do Brasil, a celebração por padre Antonio Vieira em seus sermões no século XVII, que integra esta prática, com as *folias* populares, *janeiras* e cânticos das *reisadas*.

A pesquisa demonstra a viabilidade de estudar a cultura e expressão religiosa histórica presente na memória. A *folia* de reis é um culto aos ausentes, os três reis magos, fornecendo elementos históricos suficientes para reconstruir este acontecimento cristão pelo povo, com suas variadas formas de identificarem em seus signos e símbolos como grupo religioso devoto.

Material e Método

Este trabalho está baseado em material bibliográfico primordial para o estudo, pesquisa, classificação e organização. Todo o material a ser analisado, como base para pesquisa historiográfica, com estudo da cultura, as tradições históricas do culto do reisado se tornou o rito da folia de reis. O material utilizado possibilita uma abordagem para discussão do contexto histórico nas tradições e suas relações sociais como herança cultural reinterpretada pelo grupo. As fontes são base para compreensão do ritual da folia de reis.

As relações sociais do grupo são gestos religiosos a realização do culto. Investigando as manifestação e expressão religiosa ao compreender as varias interpretações, que são foram alteradas e ressignificadas pelo próprio componente.

Historia do Culto aos Reis Magos

O culto aos reis surgiu a partir da narrativa bíblica nos livros do novo Testamento do Evangelho segundo S. Lucas e do Evangelho segundo S. Mateus. Eles narram a historia de três reis, conhecidos como Baltazar, Melchior e Gaspar, vindo do oriente em peregrinação em busca de um rei que haveria de nascer. A estrela os guiara até a Judéia, domínio do rei Herodes, que foram ao encontro do rei da Judéia em busca de informações sobre este rei desconhecido que haveria de nascer. Esta noticia o importuna, pois ameaça sua hegemonia como rei dos judeus. Imediatamente pede aos seus sacerdotes e mestres, para informar-lhe corretamente o local de seu nascimento, não souberam responder corretamente:

¹Tendo Jesus nascido em Belém da Judéia, no tempo do rei Herodes, eis que uns magos do oriente chegaram a Jerusalém e perguntaram: ²onde esta o recém-nascido o rei do judeus. Pois vimos sua estrela do oriente e vimos presta-lhe o homenagem. ³Quando ouviu isto o rei Herodes perturbado ele e toda Jerusalém. ⁴Tendo reunidos todos os sacerdotes - mestres e chefes da lei. Perguntavam a eles onde o onde o cristo deveria nascer. ⁵Em Belém de Judá responderam eles, pois assim foi escrito pelo profeta. (LUCAS, Bíblia sagrada, capítulo 2, versículos 1 a 5).

Após este encontro com Herodes, os magos compreenderam que o mesmo havia ficado perturbado com a noticia. Então, não deram lhe desígnios corretos do nascimento do rei menino. Os reis magos seguem novamente a estrela ate uma cidade conhecida como Nazaré. Em uma noite fria, chegaram a uma manjedoura, onde havia uma mulher com o recém-nascido. Imediatamente o reconheceram como aquele que procuravam e logo o homenagearam com seus presentes, ouro, mirra e incenso trazidos do oriente. Tais presentes são a construção perfeita de um Rei-Deus. O ouro mostra a riqueza de um rei, mirra lembrando que um mortal, incenso reconhecendo seu poder como Deus. Após a celebração

retornam para sua terra de origem por caminhos diferentes, porque o rei Herodes descobriu que havia sido enganado. Como conta narrativa Bíblica:

⁹Depois que o rei assim o lhe ordenou, partiram. E sucedeu que a estrela-que a estrela que vindo no oriente – ate que foi parar o lugar que onde se achava amo menino. ¹⁰quando viram a estrela sentiram grande alegria. ¹¹entrando em na casa viram o menino com Maria sua mãe, e prostraram e lhe prestaram homenagem. A seguir o abriram seus cofre ofereceram presentes, ouro, incenso e mirra. ¹²Avisado por deus em um sonho, para que não voltasse junto a Herodes, e regressaram para seu pais por outro caminho. (LUCAS, Bíblia sagrada, capítulo 2, versículos 9 a 12).

Herodes não conhecendo exatamente onde estaria esta ameaça ao seu trono inicia um controle de natalidade brutal: que todos os meninos no prazo estabelecido pelo reis magos quando estiveram em sua corte, ou seja, com ate dois anos de idade, deveriam ser mortos por ordem do rei da Judéia. Enquanto isso, Jesus aos cuidados de seus pais vão para o Egito, em busca de proteção. Só retorna na adolescência. Isso é descrito pela narrativa bíblica desta forma:

¹³Depois que eles partiram eis que o anjo do senhor, a sonho a Jose, dizendo: levanta, toma consigo o menino e sua mãe e foge para o Egito, permanece la ate eu te avisar, porque Herodes vai procurar o menino para matar. ¹⁴Jose levantou tomou consigo o menino e suas mãe de noite, e retirou se em direção ao Egito. ¹⁵la ficou ate a morte de Herodes, para que se cumprissem o que o senhor havia dito pelo profeta. ¹⁶quando Herodes percebeu que havia sido enganado pelos magos, ficou muito enfurecido e mandou matar todos os meninos de Belém e dos arredores, de dois anos para baixo, exatamente no prazo que haveria sido informado.pelos magos. ¹⁷Cumpriu-se então o que havia sido dito pelo profeta Jeremias. (LUCAS, Bíblia sagrada, capítulo 2, versículo 13 a 18).

A partir destes fatores de perseguição, peregrinação e vitória sobre seus perseguidores, o culto surgirá. No século XII, em Milão na Itália, um achado arqueológico enviado por Constantino, no século IV, possibilitou um culto aos três magos por meio de relíquias. Seriam os restos mortais dos reis magos, encontrados em um mosteiro católico, comentado pelo escritor (PESSOA, 2007). Reconhecido este fato histórico como a ‘invenção das relíquias’, ele estabelece à base para o culto dos reis magos na Europa, conseqüentemente nas colônias européias. Como expõem PESSOA e FELIX:

Em Milão no século XII o papado estava aliados com cidades de origem lombardas e o imperador alemão Frederico Barbaroxa, estava em guerra com as mesmas pois tinha um desejo de o território do antigo império romano durante a escavação de um fosso defensivo, foram encontrados sepulcros com inscrições que identificaram que representavam ali os reis magos enviados por Constantino do século IV. De modo curioso, e Milão que primeiramente nos interessa. Com efeito, a invenção – esse e o termo empregado oficialmente pela igreja- das relíquias (restos mortais) dos reis magos situa-se cidade. Estamos no ano 1158 época de luta entre o imperador da

Alemanha, Frederico Barbaroxa, e o papa Alexandre III busca reconstituir o império romano e, por isso ataca as cidades lombardas que são aliadas ao papado. O monge Guillane de Neubourgh, em sua historia da Inglaterra, narra como milaneses, como era de costume desta época, destruíram eles próprios as construções erguidas do lado externo das muralhas, a fim de cavar um fosso defensivo e, com isso, encontram diversos corpos enterrados sob o piso de um mosteiro antigo e nobre, em particular três corpos muito bem conservados (PESSOA e FELIX, 2007, p. 56).

Por meio destas relíquias, foi despertado um sentimento cristão ao lembrar os reis magos em busca de proteção aos reinados viajantes e peregrinos. Este aspecto possibilitou uma legitimação religiosa para as expedições ao novo mundo. Logo se iniciou uma peregrinação destas relíquias pela Europa e conseqüentemente, o culto ao reis passou a ser cultivado em vários países europeus. Simbolicamente, tornavam seus reinados vassallos da igreja, como os reis que se dobram sobre a fé assim como os magos se dobraram diante de Jesus de Nazaré. Os reinados adoram os reis magos e tomam para si a representatividade de viajantes e peregrinos. A peregrinação foi uma característica muito forte posteriormente em Portugal, incluído em seu império ultramarino e conseqüentemente na transmissão do catolicismo oficial para suas colônias. Observe como comenta PESSOA e FELIX:

Os magos tornaram-se, portanto, reis magos, tomaram as vestes de seus contemporâneos, receberam nomes e, mais tarde bandeiras como senhores daquela época são seguidos de um rico cortejo. Cada rei ou grande príncipe quis se representar como rei mago ou colocar sob sua proteção. Pouco apouco os reis mais idosos dobraram-se os joelhos, depois depositou a coroa aos pés do menino em sinal de vassalagem. Passamos oferenda dos magos para adoração dos magos. (PESSOA e FELIX, 2007, p. 56).

Por meio várias da construção da basílica de santo Eustorgio em Milão, no qual os viajantes, peregrinos e devotos do catolicismo manifestavam o apego ao culto dos reis magos, foi sendo difundida entre a população, posicionando a entidade dos santos como protetores de todos os homens que viajavam guiados pela devoção cristã:

Em contrapartida, desde o final do século XII, no ocidente, príncipes, peregrinos, monges, artistas fizeram-se verdadeiros andarilhos, disseminadores do culto dos magos. As abadias abrigam relíquias, que servem, também. De bases estratégias para essa devoção. Além dos imperadores alemães, muitos soberanos ou grandes senhores de diferentes reinos europeus – entre os quais se pode citar Guilhaune o marechal, tutor do príncipe herdeiro da Inglaterra, Felipe, príncipe de Borgonha e o Frances Luis XI- visitaram colônia ,onde deixaram importantes doações para tal ou tal obra de arte a ser criada em honra dos reis: urna, candelabro, vitrais, tapeçarias e, mais tarde ,pinturas. Sob sua influencia também numerosa igrejas ou capelas foram erguidas e lhes foram consagradas e não apenas no trajeto das relíquias. (PESSOA e FELIX, 2007, p. 114).

Demonstrando seu compromisso com a fé e convicções religiosas, que legitimava suas expedições. A proteção era esperada, por mais que fossem perseguidos e enfrentassem

dificuldades. A vitória viria, pois havia a proteção dos santos peregrinos e viajantes. Acreditava-se que sua proteção estava garantida, acima de todas as dificuldades que pudessem encontrar. Do século XII em diante, tais construções foram permanentes nos países católicos.

Folias, Reisadas e Janeiras

Ao analisar as folias, reisadas e janeiras, visualiza-se que se assemelham por terem o mesmo objetivo central: a devoção ao Jesus Cristo de Nazaré e seu nascimento. A compreensão destes ritos, segundo o pesquisador do folclore Luis Câmara Cascudo, em seu livro ‘Dicionário do folclore Brasileiro’, seria a manifestação do povo utilizando de instrumentos diversos em seus símbolos devocionais. ‘Era no Portugal velho uma dança rápida, ao som de pandeiro ou adufe, acompanhado de canto (CASCUDO, 2000, p.335). Segundo a tradição, a folia de reis tem formas diferentes ou gestos peculiares da comunidade, mas permanece com sua herança cultural do mito já citado. O culto aos reis magos no perímetro da zona rural e urbana, em formas diferentes, permaneceu ocorrendo:

Percorrem-se sítios e fazendas. (...) Com vilões cavaquinhos, pandeiros, pistão e tanto cantam a porta das casas, despertando moradores recebendo esmolas, servindo-se café ou pequenas refeições. O chefe do grupo e o alferes da folias de reis. (CASCUDO, 2000, p. 335-336).

As reisadas destacavam-se como expressão religiosa erudita da elite europeia, ao lembrar os reis, mas existe seu uso pela própria igreja para legitimação política com o mito da invenção das relíquias no século XII. Como todos freqüentavam as missas, a participação da população com os gestos que celebravam os reis e natal. Observe como comenta Cascudo;

É denominação erudita para os grupos que cantam e dançam na véspera do dia reis (06 de janeiro). No Brasil a denominação, sem especificação maior, refere-se sempre a ranchos, ternos, grupos que festejam o natal os reis. O reisado pode ser apenas a cantoria como também enredo ou series de pequeninos atos encadeados ou não. (CASCUDO, 2000, p. 669).

Havia outra prática católica, muito praticada pelos portugueses, que era a peregrinação para as casas dos devotos e amigos dos reis. Isso era chamada de Janeiras. Eram pessoas que saíam de casa em casa, louvando com canções o ciclo do natal e dos reis. Uma forma de santificar o restante do ano, pois era realizada no dia ano 1 de janeiro:

Janeira: canção entoada por um grupo que visitava pessoas amigas, no primeiro dia do ano. Dar a janeiras, cantar as janeiras, pedir as janeiras, são expressões que

fixavam a festa tradicional ligada ao ciclo do natal. São oferecidos presentes, alimentos, dinheiro aos cantadores que louvam aos santos e ao dono da casa visitada. É uma reminiscência portuguesa, que o Brasil conheceu e praticou até fins século XIX e primeiros anos século XX. (CASCUDO, 2000, p. 396).

Por intermédio das relíquias dos reis magos através da Europa, destacou-se a influência na Península Ibérica. A partir do desenvolvimento português da navegação, adotou-se a nossa senhora da estrela como padroeira dos navegadores e sua protetora durante suas expedições. Muito comentado no período colonial do Brasil, possibilitou ainda à população leiga cultivar aos reis magos com as peculiaridades na realidade colonial. As características de uma prática oficial se misturou com a diversidade da população, formada por imigrantes europeus, escravos africanos e índios.

A Memória na Construção da Identidade Social

A memória, é um recurso teórico-metodológico que possibilita uma diversidade de fontes, uma pluralidade. Os novos campos, da história cultural que abordar objeto de pesquisa com contínua busca da subjetividade 'A história como a pesquisamos pode ser extremamente rica como produtora de novos temas, de novos objetos e de novas interpretações. A história está se transformando em *histórias*, histórias parciais e plurais' (POLLAK, 1992, 10).

A busca pela maior compreensão histórica possível, muitas das vezes é criticada por teóricos, que contradizem devido a dimensão de sua apreensão. Impossibilitando a sua síntese histórica. A alternativa a ser seguida é a delimitação do objeto. Os vários campos do estudo históricos como; o social, econômico e cultural, são recursos de coleta de dados. Viáveis para o historiador da cultura, principalmente quando analisa, as tradições e costumes religiosos ou sociais. Como argumenta POLLAK:

E na medida em que, através da história oral, a crítica das fontes torna-se imperiosa e aumenta a exigência técnica e metodológica, acredito que somos levados a perder, além a ingenuidade positivista, a ambição e as condições de possibilidade de uma história vista como ciência de síntese para todas as outras ciências humanas e sociais. Há uma perspectiva que considera a história como sendo a reconstrução, para um período determinado, de todos os materiais que as outras ciências nos fornecem. Mas na medida em que os objetos da história se diversificam, se multiplicam, eu pessoalmente vejo, nessa pluralização, uma grande dificuldade em manter a ambição da história como, ciência de síntese. Penso que, pela força das coisas, a história virá a ser uma disciplina particularizada-sem se tornar parcial, pois é isso que se critica hoje na história oral, a sua alegada parcialidade. Acho que é este o destino da história, talvez. Nisso vejo uma continuidade entre a história social quantificada e a história oral. (POLLAK, 1992, p. 8).

Um dos obstáculos para analisar, os documentos como jornais, revistas, diários, cartas, etc. São devido às memórias e seus enquadramentos e tabulações, uma forma de complementar, as suas falhas da lembrança. A variedade de expressões muitas, das vezes aliadas ao pensamento político ou religioso ortodoxo. A falta de coerência com realidade do passado, torna a rememoração uma ferramenta de reconstrução da lembrança de acordo com a época, como POLLAK argumenta:

O problema da história contemporânea é que geralmente os arquivos ainda não foram abertos, não há possibilidade de cruzar os dados com outras fontes, as próprias fontes são bastante duvidosas, só se dispõe de jornais, que são considerados fontes de terceira ou quarta categoria. Aí se junta um monte de obstáculos, de inconvenientes. (POLLAK, 1992, p. 12).

A Memória, possibilita entender o interior do subjetivo do indivíduo e como o mesmo representa na realidade, sua percepção do presente que recorda as tradições as representações que são da vida privada, ‘Agora, é óbvio que a coleta de representações por meio da história oral, que é também história de vida, tornou-se claramente um instrumento privilegiado para abrir novos campos de pesquisa.’(POLLAK, 1992 p. 8). As ações do cotidiano como relações de familiares, fé, relações de poder entre o grupo, isto possibilita uma abertura do campo de trabalho para o historiador ao estudar a memória coletiva e suas interpretações da tradição. O interessante como neste contexto a constante necessidade de estabelecer fixadamente as fronteiras sociais, nos comportamento social, sendo necessário para complementar suas localização do todo o sentimento de pertencimentos ao grupo. Nos rito popular este conceitos de (POLLAK, 1989) e muito aplicável campo, de coleta de dados um recurso considerado antropológico ou sociológico ,mas e justamente este dialogo que a historia cultural visa ao fazer historia observe como argumenta POLLAK:

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irredutíveis. (POLLAK, 1989, p. 06).

As memórias que são registradas pelo entrevistador, o qual o indivíduo faz de sua representação da realidade, ao lembrar do passado. São transmitidas para o historiador como uma fonte de para estudo. O historiador ira representá-la novamente, com a uma interiorização pela teorização histórica, com objetivo o simbólica, que muitas das vezes são

memórias dramática, herdadas, enquadradas ou tabeladas. Uma método muito pratico com os pesquisadores das religiões populares. Pois os integrantes dos ritos não contemplaram a fundação do rito, mas recebem por herança cultural. O rito que encarrega-se de manter a tradição do culto, repassando- por geração a geração. Como Michel Pollak, analisa a memória dramáticas dos judeus na segunda guerra mundial:

Opondo-se à mais legítima das memórias coletivas, a memória nacional, essas lembranças são transmitidas no quadro familiar, em associações, em redes de sociabilidade afetiva e/ou política. Essas lembranças proibidas (caso dos crimes estalinistas), indizíveis (caso dos deportados) ou vergonhosas (caso dos recrutados à força) são zelosamente guardadas em estruturas de comunicação informais e passam despercebidas pela sociedade englobante. (POLLAK, 1989, p. 06).

A lembrança e seletiva, escolhe o que deva ser lembrado, algo presente nos ritos populares também, que não relembram sua rejeição pela ortodoxia católica, desde do período da colonização do Brasil, uma marginalização social dos ritos do povo, a parte leiga e iletrada da população, uma características ainda existente na sociedade a continuidade do distanciamento do catolicismo oficial. Todas as discordâncias e incoerências devem ser esquecidas, o preocupar em estabelecer, a plena coerência do culto no grupo, como observa POLLAK:

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável separam, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor (POLLAK, 1989, p. 06).

A memória possibilita preencher as lacunas, ao representar o real. A memória de tabelas, e presente na historia oral, que traz algumas incertezas duvidas à constante rememorar os fatos do passado. ‘Assim também, há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido (POLLAK, 1989, p. 6 e 7).’ O historiador segundo Michel Pollak ao lidar com a historia oral e memória, deve reconhecer esta problemática, durante seu uso como recurso metodológico. A memória humana e falha e esta sujeita a falhas e o jogo de poder do presente. Nos ritos populares o culto a memória estabelece identidade, de pertencimento ao grupo de devoto, a necessidade se enquadrar coletivo e devoção. Mesmo com as alterações políticas mediante aos contextos socio-religiosos, o uso do mito, no culto, e um recurso da memória uma alternativa para manter sua hegemonia como religião popular. Uma preocupação em legitimar o rito, por meio da memória da tradição como sua fundamentação religiosa.

Considerações Finais

A cultura possui seus símbolos nas suas manifestações e expressões na cultura popular. A narrativa bíblica possibilita o despertar da fé medieval nos três reis do oriente. O culto propõe um conjunto de ações e gestos em culto ao relembrar o três reis magos. O início do culto a memória dos reis magos no período medieval destaca a importância deste culto para os reinos católicos. As imagens destes reis magos, o sociedade medieval, portam idéias que precedes ao pensamento moderno desbravador.

Tradição se tornar uma alternativa para manter a devoção ao reis, como as janeiras, folias e reisadas, que temos no Brasil, são demonstrações da devoção presentes na memória do povo. O uso da memória para o historiador é benéfico mesmo possuindo suas problemáticas, ao estudar as tradições e costumes. A memória é um recurso metodológico, que possibilita a compreensão do subjetivo. A construção do real, por meio das representações e identidades e como abordam a realidade e transitam em seus signos e linguagem, com as identidades, construções demarcação do devoto ou praticante. Como festeiros e foliões cada um com suas ações, que objetivam expressar suas identidade, que representam sua fé no mito ao cultivar a memória destes três reis magos. Uma pratica cristão popular reverenciada pela população de Rio Verde-Go, uma herança cultural da sociedade medieval, presentes na colonização que permanece atuante devido a tradições religiosas populares.

REFERÊNCIAS

Bíblia Sagrada: Mensagem de Deus. São Paulo- SP, Loyola, 1994.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que e Folclore.* São Paulo – SP, Brasiliense, 1982.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Os Deuses do Povo, um estudo sobre religião popular.* São Paulo - SP, Brasiliense, 1986.

CASCUDO, Luis Câmara. *Dicionário do folclore Brasileiro.* São - Paulo, Global, 2000.

LEMOS, Carolina Teles. *Religião, Gênero e Sexualidade: O Lugar da Mulher na Família Camponesa.* Goiânia–GO: UCG, 2005.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silencio da Historia.* Bauru-SP: EDUSC, 2005.

PESSOA e FELIX, Jadir de morais e Madeleine. *As Viagens dos Reis Magos.* Goiânia-GO, UCG, 2007

PESSOA, Jadir de Moraes. *Saberes em festa. Gosto de Ensinar e Aprender na cultura Popular.* Goiânia - GO, UCG- KELPS, 2009.

SIVA, Tomas Tadeu da. *Indenidade e Diferença: A perspectivas dos estudos culturais*. Petrópolis- RJ: vozes, 2000.

SIVA, Tomas Tadeu da. *Indenidade e Diferença: A perspectivas dos estudos culturais*. Petrópolis- RJ, vozes, 2000.

SUSS, Günter Paulo. *Catolicismo Popular no Brasil; Tipologia e Estratégia de uma Religiosidade Vivida*. São - Paulo, Loyola, 1979.

VIEIRA, Antonio. *Sermões de Padre Antônio Vieira*. Erechim, EDELBRA, 1998.

Artigos:

AZZI, Riolando. *Formação Histórica do Catolicismo Popular Brasileiro*. São-Paulo, Paulinas, 1978.

BARBOSA, Leonardo Soares. *As relações entre poder e religião na vida e na historia do futuro do padre Antonio Vieira*. São Paulo: ANPUH, 2008. Disponível em<<:<http://www.anpuhsp.org.br/downloads/CD%20XIX/PDF/Autores%20e%20Artigos/Leonardo%20Soares%20Barbosa.pdf>> Acessado: 24/03/2010. 19h30min.

CHARTIER, Roger. *A História hoje: Dúvidas, desafios, propostas*. IN: Estudos históricos. Vol.7, n. 13. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1994. http://www.marilia.unesp.roger_chartier.pdf, acessado em: 20/06/2011 às 20h33min.

CHARTIER, Roger. *O Mundo de Representação*. CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estud. av.* [online]. 1991, vol.5, n.11, p. 173-191. ISSN 0103-4014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?/> , acessado em:19/05/2011 20h50min.

NORA, Pierre. *Entre memória e historia a problemática dos lugares*. São Paulo- SP, PROJETO HISTORIA: Revista do programa de estudos pós-graduados em historia e do Departamento de Historia da PUC-SP, Brasil, 198. Disponível em: <http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf> acessado em: 20/06/2011 as 10h 50min.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. *O Catolicismo do Povo*. São - Paulo, Paulinas, 1978.

POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social*. IN: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro- RJ, VOL.5, N.10, P.200-212, 1992. Disponível em:<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080> acessado em: 20/06/2011 as 10h 30min.

POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silencio*. IN: *Estudos Históricos*. Rio de janeiro- RJ, VOL.2, N.3, P. 3-15, 1989. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/2278> acessado em: 20/06/2011 as 10h 40min.

Anais Eletrônicos do
X Encontro Estadual ANPUH-GO
Didática da história: pesquisar, explicar, ensinar

ISSN 2238-7609

VEGÉCIO E A DEFESA DO MODO ROMANO DE LUTAR: A LEGIÃO (SÉCULOS IV E V D.C)

Wendryll José Bento Tavares (Mestrando, Bolsista Capes)
Ana Teresa Marques Gonçalves (Orientadora)

RESUMO: O objetivo da presente comunicação é analisar alguns elementos de composição e definição da legião como a forma eminentemente romana de lutar na obra *Epitoma Rei Militaris*, escrita entre os séculos IV e V por Vegécio. Para tal recorreremos à leitura crítica da fonte, principalmente do segundo livro, que versa sobre a tradição e organização do exército romano e à discussão historiográfica acerca das mudanças no exército romano entre os séculos IV e V d.C. Esperamos com este trabalho tratar de alguns elementos que iriam constituir um exército forte, que segundo a visão de Vegécio (um romano de alta posição social), venceria o elemento bárbaro que ameaçava o Império Romano.

PALAVRAS-CHAVE: Vegécio; Exército; Império Romano.

ABSTRACT: The purpose of the present work is to analyse the different elements that formed the roman legion how the roman way of warfare in the *Epitoma Rei Militaris*, wrote between the IV e V centuries by Vegetius. For this, we read with criticism the source, mainly the second book that complain about the tradicion and organization of roman army, beyond this, there is historiographical discussion about the roman army changes during that centuries. We hope with this papper dealing of some elements that would form a strong army according to Vegetius (and of the important rank romans in that context) that would overlap to barbarian factor that threatened the Roman Empire.

KEYWORDS: Vegetius; Army; Roman Empire.

Na obra *Soldiers and Ghosts*, John E. Lendon, ao estudar alguns aspectos militares gregos e romanos, afirma que os romanos possuíam quatro características militares predominantes: a *virtus* (que ele define como coragem agressiva), a *disciplina* (que fundava o ideal do código marcial romano), a influência grega (que definiu o conflito entre *virtus* e *disciplina* no exército romano desde o período republicano) e o “profundo amor pelo passado, influente em sua história militar em todas as gerações” (LENDON, 2005, p. 313). Enquanto a *virtus* e a *disciplina* eram qualidades que ajudavam a manter as qualidades militares romanas, o apego ao passado foi responsável pela incapacidade dos soldados de sobrepujar algumas heranças e com isso, “foram os fantasmas vitoriosos” (LENDON, 2005, p. 309). Nesta perspectiva a incapacidade das forças militares romanas de lidarem com contextos históricos diferentes foi a grande responsável pela desorganização do exército romano.

Outra explicação que corrobora para a derrocada do exército romano entre os séculos IV e V¹ é dada por Arther Ferril em sua obra *A Queda do Império Romano: a explicação militar*. Para ele a “acomodação com os bárbaros e o emprego de grandes forças bárbaras ‘confederadas’ em campanhas militares começaram quase imediatamente a solapar a maravilhosa máquina militar do Estado romano” (FERRIL, 1989, p. 75). Embora o autor reconheça outras razões para a manutenção do Império do Oriente, o grande diferencial entre os exércitos do Ocidente e Oriente seria a recusa do segundo ante uma política de barbarização do exército no século V, enquanto que a barbarização “disseminou-se pelo Ocidente como uma praga, contribuindo para a queda de Roma” (FERRIL, 1989, p. 76).

Outros autores também buscam explicar os destinos da força militar romana entre os séculos IV e V², como é o caso de Bryan Ward-Perkins (2005), Michael Grant (2009), Wolfgang Liebeschuetz (2008), James W. Eder (2004) e Adrian Goldsworthy (2007). Pensamos que as discussões levantadas por tais estudiosos sejam de grande relevância para o estudo do fenômeno bélico no período de desagregação do Império Romano, contudo, intentamos seguir a trilha deixada por Victor Davies Hanson (2007) para buscarmos chaves interpretativas para aquele momento da história militar. Aproveitando a existência de uma extensa bibliografia acerca da condução da guerra na Antiguidade, centramos nossa atenção nos elementos ligados a noção de guerra entre os próprios pensadores romanos no final do

¹ Todas as datas deste trabalho se situam no período depois de Cristo.

² Neste trabalho dialogamos com autores que escreveram nos últimos quarenta anos. Para um estudo mais aprofundado da história do conceito de “decadência” e “morte de Roma” indicamos a obra “*O Fim do Mundo Antigo*” de Santo Mazzarino (1991).

século IV. Neste caso, o autor escolhido é Vegécio e a obra é o *Compêndio da Arte Militar*, sendo nossa análise voltada a uma questão particular, a defesa da legião feita pelo autor.

Grande parte do que sabemos da biografia do autor resulta do que podemos inferir das obras escritas por Vegécio: *Epitoma rei militaris* e os *Digesta Artis Mulomedicinae*. Seu nome de nascença era provavelmente Publius Vegetius Renatus e durante sua vida conseguiu o título de *vir illustris*, que era “reservado aos detentores de altos cargos: prefeitos do pretório, prefeitos urbanos, mestres das milícias, condes domésticos, condes das sagradas liberalidades ou grandes camareiros” (MONTEIRO, 2009, p. 89). Possivelmente, ele tenha sido também um *comes sacrarum largitionum*, ou seja, um ministro da finança imperial, o que serviu para ajudá-lo a se familiarizar com questões militares (SHRADER, 1981, p. 168). Também sabemos que Vegécio era um criador de cavalos e que era um homem que viajou pelo Império.

Com relação à redação da obra, não há consenso sobre uma data precisa, mas sabe-se que o documento não pode ter sido escrito antes de 383 (ano do assassinato do imperador Graciano), nem depois de 450 (ano em que uma cópia foi corrigida em Constantinopla por um editor chamado Flávio Eutrópio) (MONTEIRO, 2009, p. 92). A maioria dos autores reduziu o período de produção da obra a dois momentos específicos: o governo de Teodósio I (379-395) ou o de Valentiano III (425-455). Trabalhamos com a hipótese defendida por João Gouveia Monteiro de que a obra teria sido escrita no governo de Teodósio I, devido à referência indireta a batalha de Adrianopla, a ausência de comentários ao saque de Roma, ao recrutamento de *coloni* e ao elogio da fundação de cidades feito por Vegécio (MONTEIRO, 2009, p. 95).

A *Epitoma rei militaris* é um manual militar, nome advindo da própria estrutura tópica da obra e também da tradição romana de produzir manuais. Este tipo de fonte procura ensinar pelo relato do passado, contudo de uma forma diferente do relato histórico. Seguindo as idéias dadas por Raul Vitor Rodrigues Peixoto, acreditamos que a relação que “o manual militar engendra com o passado é ativa e não passiva” (PEIXOTO, 2011, p. 50). Os manuais militares tinham a intenção de recriar os feitos vitoriosos do passado e não “fazer o passado apenas conhecido, mas fazer o passado presente e útil para vencer novamente” (PEIXOTO, 2011, p. 65). Isto vai nos servir para pensar o próprio objetivo da obra, que era recriar um exército vitorioso.

Acreditamos, porém, que somente a definição de manual militar seja ineficiente para tratar da especificidade da obra analisada. No mundo romano, a questão militar (*res militaris*) foi observada de duas perspectivas diferentes que mostravam faces distintas do

objeto de ação. “A primeira se centrou no aspecto formativo e preceptivo, melhor dizendo, na *ars militaris* propriamente dita, enquanto que a segunda se centra na *disciplina militaris*” (PANIAGUA AGUIAR, 2010, p. 205). Se na *ars militaris* devem ser levados em conta todos os elementos precisos para que ação militar seja bem sucedida – estratégia, tática, engenharia bélica, adestramento e exercício, formação militar, higiene – na *disciplina militaris*, o que tem importância é a correta execução de ordens dadas pelas autoridades e a definição de um “código de comportamento na esfera militar que regula as relações entre os distintos membros e hierarquias militares” (PANIAGUA AGUIAR, 2010, p. 206).

Além dessa diferenciação em dois grandes grupos, David Paniagua Aguiar fornece também uma outra classificação em subgêneros: poliorcética, engenharia militar, tática, coleções de estratégias e logística (PANIAGUA AGUIAR, 2007, p. 02). Dentro deste universo a obra de Vegécio se situa no último grupo, pois o autor romano buscava refletir e tratar de todos aspectos preparatórios para o conflito e também da intendência do exército.

Neste universo dos aspectos preceptivos da guerra, o *Compêndio da Arte Militar* é composto de quatro livros dedicados ao Imperador, sendo o primeiro dedicado à seleção dos jovens, o segundo voltado a mostrar a tradição do antigo exército, o terceiro responsável por expor os tipos de artes necessárias ao combate terrestre (além de regras gerais da guerra) e o quarto engajado em enumerar máquinas para atacar e defender cidades, além de apresentar os preceitos da guerra naval (VEGÉCIO, *Compêndio da Arte Militar*. I). O objetivo de Vegécio é mostrar através de um trabalho diligente e fiel as matérias que estão dispersas em diversos autores e que ensinam a disciplina das armas em benefício dos Romanos. Ou seja, ele busca fornecer elementos que ajudem a modificar a estrutura do exército romano. Na presente análise, contudo, o livro II será privilegiado, pois acreditamos que o modelo militar romano que Vegécio propõe ganha corpo na organização da legião.

Após fazer uma exortação ao Imperador, Vegécio mostra como se dava a divisão da arte militar: “A arte militar, tal como afirma o notável escritor latino³ no início do seu poema, consiste em armas e em homens. Ela está dividida em três partes: cavalaria, infantaria e marinha” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, I). Nesta divisão feita por Vegécio, a cavalaria ficaria responsável por proteger as planícies, a marinha por proteger os mares e os rios e a infantaria seria responsável por cuidar dos montes, cidades e locais planos. Justamente por defenderem mais locais, “se depreende que os mais necessários ao Estado são os peões,

³ O autor é Virgílio e a obra é a *Eneida*.

que podem ser úteis em todo o lado; e, com efeito, um maior número deste tipo de soldados é sustentado por um encargo e uma despesa menores” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, I).

Esta forma mais barata e mais eficiente de lutar era constituída de duas partes:

os próprios peões foram divididos em duas partes, isto é em tropas auxiliares e legiões. As tropas auxiliares eram supridas pelos aliados e pelos povos federados; contudo, na organização das legiões, predomina a força romana. A legião é assim chamada a partir da palavra ‘eleger’, porque esta designação exhibe a boa fé e o zelo daqueles que aprovam os soldados. Costumava atribuir-se um número menor de soldados às tropas auxiliares e um outro, bem maior, às legiões (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, I).

Essa divisão entre romanos, aliados e povos federados que aos olhos de Vegécio era natural, pensamos que seja bastante complexa ao se pensar o exército romano no quarto século. É difícil pensar essa questão principalmente depois de 212, quando “Caracala estendeu a cidadania romana para grande número da população do Império, removendo grande parte da distinção entre tropas de cidadãos e não-cidadãos” (GOLDSWORTHY, 2007, p. 167). Mas Vegécio não percebe essa diferença de um ponto de vista meramente político, para ele o que diferencia as legiões das tropas auxiliares é que:

as tropas auxiliares, vindas de diversos lugares e de diversas unidades, não partilham entre si nem a disciplina, nem o conhecimento pessoal, nem a maneira de ser; entre elas, os hábitos e o uso das armas são diferentes (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, II).

Ao tratar da diferença entre tropas auxiliares e legiões, questões biológicas ou geográficas não são suficientes para diferenciar os romanos dos aliados e federados, mas sim questões relativas à disciplina, conhecimento pessoal, maneira de ser, hábitos e usos das armas. A identidade romana aqui não é vista como algo nato, mas como algo adquirido, assim como defende Andrew Wallace-Hadrill (2008) ao tratar da identidade “grega”, um processo de se tornar pela ação repetitiva. Ao tratar do bilinguismo ou multilinguismo (grego, romano, provinciano), Wallace-Hadrill afirma que “o instrumento desse processo é a educação, *paideia*: isto é pela prática, não só pela linguagem, mas pelas formas de pensar, de viver, de vestir, que faz de você um perfeito heleno” (WALLACE-HADRILL, 2008, p. 06). Do ponto de vista militar, era a adesão ao modo romano de lutar que transformava o recruta em soldado, através do “treino das armas, pela disciplina dos acampamentos e pela experiência do exército” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. I).

Quando as etapas do treinamento são seguidas e a legião está completa, esta se torna uma grande força militar:

[...] quando a legião se encontra preenchida com as suas próprias coortes, com infantaria pesada (isto é os *príncipes, os hastati, os triarii e os antesignani*) e com infantaria ligeira (isto é os *ferentarii, os sagittarii, os funditores e os ballistarii*), e, por fim, quando tem também cavaleiros legionários próprios integrados nos mesmos arrolamentos, se fortificar o acampamento com um só espírito e de comum acordo, se dispuser o exército em linha de batalha e se travar o combate, sendo perfeita em todos os aspectos e não tendo necessidade de nenhuma ajuda de fora, a legião costuma vencer qualquer número de inimigos. A prova disto é a grandeza do Estado romano, o qual, combatendo sempre com legiões, venceu tantos inimigos quantos quis, ou quantos a natureza das situações permitiu (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, II).

Percebemos aqui como Vegécio toma legião de uma forma genérica que retoma a legião republicana e do início do Principado, momento da expansão romana e da luta contra outros povos. O Exército do final do quarto século e início do quinto século é muito diferente do exército republicano. Uma mudança significativa, por exemplo, é a “divisão entre tropas de exércitos de campo, os *comitatenses*, e as tropas colocadas nas áreas de fronteira, os *limitanei*” (GOLDSWORTHY, 2007, p. 170). Este tipo de divisão privilegiava lutas em pequena escala, sendo claro que o “exército tardio se especializou em lutar conflitos de pequena escala porque esta era a tarefa exigida com mais frequência” (GOLDSWORTHY, 2007, p. 183).

Esse exército especializado em conflitos de pequena escala é negligenciado por Vegécio devido às derrotas romanas em grandes batalhas, como por exemplo, a derrota de Adrianopla. Por conta destas, talvez Vegécio fale de uma decadência das legiões:

O nome de ‘legião’ subsiste no exército ainda hoje, mas a solidez dos tempos passados foi minada pela negligência, visto que a ambição ocupou o lugar da recompensa do mérito e foram promovidos pelo favor os soldados que costumavam ser promovidos pelo esforço. Por outro lado, completado o serviço militar pelos soldados e licenciados estes por meio de certificados, segundo era costume, não foram substituídos por outros. Além disso, forçoso é que alguns se encontrem debilitados pela doença e sejam desmobilizados, que alguns desertem ou morram de diversos males, de tal forma que o exército, ainda que numeroso, definha, a não ser que uma grande quantidade de recrutas entre para o lugar dos que foram saindo todos os anos e até quase todos os meses. Existe ainda uma outra causa para o enfraquecimento das legiões: nelas, o esforço do serviço militar é grande, as armas são mais pesadas, as tarefas são em maior número e a disciplina é mais severa. Para evitar isto, muitos acorrem a prestar o juramento nas tropas auxiliares, onde não só o suor é menos mas onde também as recompensas chegam mais depressa (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, III).

Neste trecho o autor cria uma hierarquização dos motivos da decadência da legião. Em primeiro lugar a negligência, que ocasionou problemas de promoção dos soldados. Logo depois, veio à falta de substituição dos soldados para completar o serviço militar. Por último, o grande esforço do serviço militar fez com que homens preferissem prestar juramento nas tropas auxiliares, em que o esforço era menor e as recompensas eram mais rápidas. Se a

disciplina, o treinamento e a experiência são fatores primordiais para o sucesso militar romano, Vegécio acusa seus contemporâneos de serem indisciplinados, negligentes e inexperientes.

Para oferecer ao Imperador uma alternativa e uma solução àquela realidade problemática, Vegécio recorre a Catão-o-Antigo e a Frontino (que se situam cronologicamente muito antes de Vegécio). O que se segue no *Compêndio da Arte Militar* é a estruturação da legião segundo as práticas antigas. Esta força militar deve estar acima de tudo submetida ao Imperador sob desígnio de Deus:

Com efeito, os soldados, marcados na pele com picadas de forma duradoura, quando são inseridos nos registros, costumam prestar juramentos que, por esse motivo, são chamados ‘sacramentos’ do serviço militar. Também juram por Deus, por Cristo e pelo Espírito Santo e pela majestade do imperador, a qual, a seguir a Deus, deve ser estimada e honrada pelo gênero humano. Pois como o imperador recebeu o nome de ‘Augusto’, deve ser-lhe prestada uma devoção fiel e deve ser-lhe consagrada uma submissão sem limites, tal qual a Deus, presente e corpóreo; com efeito, quer o particular, quer o militar servem a Deus quando estimam fielmente aquele que reina com a autoridade de Deus (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, V).

Ao lermos todas estas informações, temos curiosidade para saber quantos homens formariam uma legião. No período republicano cada legião era composta de três elementos: “300 cavaleiros, 3000 homens na infantaria pesada e 1200 na infantaria ligeira (*velites*)” (GOLDSWORTHY, 2009, p. 32). Vegécio que quer retomar o modelo de legião republicano e dos primeiros anos do principado propõe um outro número de integrantes: “A legião completa é constituída por estas dez coortes, tendo 6100 soldados de infantaria e 730 cavaleiros” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, VI). Essa diferença pode levar a duas conjecturas opostas. Pode ser que Vegécio tenha se enganado ao tentar copiar o modelo do passado ou que ele não quisesse realmente fazer uma cópia em termos absolutos da legião republicana.

Outro aspecto interessante é sobre a hierarquia naquele exército. Os antigos cônsules eram geralmente escolhidos para liderar as legiões. Geralmente, “os magistrados investidos de comando militar tinham *imperium*, o poder de dar ordens a soldados e de ministrar a justiça” (GOLDSWORTHY, 2009, p. 31). Contudo, encontramos em Vegécio uma outra perspectiva em que o prefeito de legião assume proeminência, já que ele tinha mais proximidade e convivência com as outras, pois até chegar ao cargo tinha de passar muitos anos em experiência e tinha inclusive a obrigação de manter os soldados treinados:

Mas o verdadeiro chefe era o prefeito da legião, que tinha a dignidade de um conde de primeira classe e que, na ausência do legado, chamava a si, como seu representante, o poder supremo. Os tribunos, os centuriões e os restantes soldados

cumpriam as suas ordens; a senha para as guardas noturnas ou para a marcha era requerida a ele; se um soldado tivesse cometido um crime qualquer, era enviado para o castigo por um tribuno, por autoridade do prefeito da legião; as armas de todos os soldados, da mesma forma que os cavalos, os vestuários e as anonas estavam a seu cargo; o rigor da disciplina e o treino tanto dos soldados de infantaria como dos cavaleiros legionários eram administrados quotidianamente por ordem dele. E justo, diligente, sóbrio, ele mesmo modelava, por meio de trabalhos constantes, a legião a si atribuída com vista a todo o tipo de devoção e a todo tipo de atividade, sabendo que o mérito dos seus subordinados resulta no louvor do prefeito (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, IX).

Este exército ao lutar também deveria optar por uma forma específica de lutar. Os cavaleiros deveriam estar colocados nos flancos, os peões poderiam ser organizados em dez coortes, depois estariam os *ferentarii* (infantaria ligeira), os *scutati* (equipados como gládios e dardos) e por último os *triarii* (outra linha de infantaria pesada) que estariam agachados com o joelho no chão esperando o combate. Com o início dos combates, o exército deveria agir da seguinte forma:

[...] a primeira e a segunda linhas permaneciam imóveis e os triários também ficavam parados; mas os *ferentarii*, *armaturae*, batedores, arqueiros e fundilários, isto é, a infantaria ligeira, provocavam os adversários avançando para diante das linhas. Se conseguiam pôr os inimigos em fuga, perseguiam-nos; se eram travados pela coragem ou pelo grande número deles, regressavam para junto dos seus e colocavam-se atrás deles. Então a infantaria pesada prosseguia o combate e permanecia como um muro de ferro, por assim dizer, e combatiam não só com dardos mas também com gládios, corpo-a-corpo. E se pusessem em fuga os adversários, a infantaria pesada não os perseguia para não perturbar a sua linha e ordenação e para que os inimigos, ao voltarem para trás, não os surpreendessem dispersos e em desordem; mas a infantaria ligeira com fundilários e arqueiros, acompanhada por cavaleiros, perseguia os inimigos em fuga. Com esta disposição e com esta cautela, a legião vencida sem correr perigos, ou, sendo vencida, conservava-se incólume porque a lei da legião é nem fugir nem perseguir com facilidade (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, XVII).

A infantaria ligeira deveria se posicionar na frente das linhas dos *hastati*, *principes* e *triarii*⁴ a fim de desorganizar as linhas adversárias ou colocar os inimigos em fuga. Depois do retorno da infantaria ligeira para trás das linhas, os soldados da infantaria pesada deveriam lutar de forma coesa utilizando-se de dardos e de gládios (para combate corporal). Caso a infantaria pesada conseguisse por os inimigos em fuga, a cavalaria (que também deveria proteger as alas) e a infantaria ligeira deveriam perseguir e capturar os que estavam em fuga. O que José Varandas nos diz dos “gregos”⁵, pode ser interessante para entendermos a configuração defendida por Vegécio:

⁴ Os *triarii* formavam a terceira e mais experiente linha da infantaria pesada na legião republicana. Os *triarii* eram recrutados entre os soldados veteranos (GOLDSWORTHY, 2007, p. 218).

⁵ Pensamos ser complicado falar dos gregos como uma unidade militar, contudo, mantemos a nomenclatura usada por José Varandas.

a guerra dos Gregos no Mundo Antigo é, acima de tudo, uma guerra de infantaria contra infantaria. Mas esta infantaria (e assim esta 'guerra') pretende-se organizada, simétrica, matemática, racional, transversal à sociedade e niveladora de processos (VARANDAS, 2010, p. 176).

Apesar de Vegécio não desprezar a força dos outros componentes do exército, a infantaria pesada é superior. Em primeiro lugar porque a infantaria ligeira e a cavalaria agem no começo e no fim da batalha, deixando todos os momentos definitivos por conta dos soldados de infantaria pesada. Em segundo lugar, em razão da infantaria pesada não se desorganizar mesmo em caso de derrota, pois significaria a derrota desse modelo de guerra organizada de que nos fala José Varandas.

Outro problema relacionado à desorganização da legião tinha explicações divinas pois se esta era submetida aos desígnios divinos, era uma formação legada por Deus aos romanos, por isso não deveria perder sua coesão. Para Vegécio, “as legiões foram instituídas pelos Romanos não só por desígnio humano, mas também por inspiração de Deus, nas quais as dez coortes estão de tal forma organizadas que parecem ser um único corpo, uma única unidade” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, XXI).

Para conseguir que a legião funcionasse como um corpo era preciso que os soldados e os novos recrutas (*tirones*) fossem treinados. O exercício das armas era tão importante para Vegécio que o primeiro livro da *Epitoma rei militaris* foi dedicado ao recrutamento e treinamento dos soldados. De forma geral, as atividades do legionário em períodos de paz se dividiam no cumprimento de serviços (como patrulhas de vigilância, corvéias de limpeza e serviço de sentinelas) e o treino continuado (que era dividido em exercícios individuais e coletivos). O *campus* era tradicionalmente o local onde o treinamento militar era mais comum e era também o local em que se “faziam desfiles, agrupamentos, cerimônias, discursos (*vide* as Colunas de Trajano e de Aureliano), reuniões e debates” (MONTEIRO, 2009, p. 45). Contudo, com as conquistas e a integração, os soldados passaram a se exercitar na natureza e foram criados edifícios específicos para o treino militar: as *basilicae exercitatoriae*.

Além dos elementos tratados até aqui, haveria outro fator que seria determinante para o sucesso da legião: “a legião costuma vencer não só devido ao número de soldados, mas também ao tipo de ferramentas” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, XXV). Cada centúria deveria ter sua própria *carrobalista* (um tipo de balista móvel montada num carro), ónagros, *monoxyllis* (canoas escavadas em um tronco para facilitar a passagem de rios) e torres móveis. Havia também ferramentas úteis para a fortificação dos acampamentos: entre outros,

foices, enxadas, pás, serras, machados, picaretas. Era necessário levar todo o material que fosse necessário “em qualquer tipo de guerra para que, em qualquer lugar em que montar o acampamento, o transforme numa cidade armada” (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, XXV).

Com isto fica claro que Vegécio defendia a legião como a forma romana de lutar por excelência. Vários elementos concorrem para que pensemos sobre a importância da legião no *Compêndio da Arte Militar*. Primeiramente é preciso pensar que Vegécio enxerga uma dependência do Estado com relação aos peões, já que estes defendiam os montes, as cidades e os locais planos e também porque a manutenção destes gerava um custo menor. Para Vegécio, macedônicos, gregos e dárdanos tiveram falanges, gauleses e celtiberos tiveram hordas em combate, já os romanos tinham legiões. Este é o segundo ponto, pois, a legião seria uma maneira de identificação romana ante outros povos. Prova dessa diferença seria o contraste entre as indisciplinadas tropas auxiliares reunidas de diversos lugares e a legião romana, perfeita em todos os aspectos.

Vegécio pensava, porém, que a legião romana estava enfraquecida devido à negligência, a deficiência na substituição de soldados e as maiores facilidades para lutar nas tropas auxiliares. Devido a esse quadro, Vegécio recorre a autores como Catão-o-Antigo e Frontino e tenta fornecer uma alternativa para o Imperador (designado por Deus) solucionar os problemas militares romanos. Chegamos ao terceiro elemento de definição da legião como a forma romana de lutar: ela estava submetida ao Imperador sob o desígnio de Deus.

O quarto ponto importante neste percurso é o fato de haver uma rígida hierarquia na legião que tinha como objetivo manter uma organização em campo de batalha. Os oficiais do exército, como no caso específico do prefeito da legião, tinham por obrigação manter os soldados treinados. Esses soldados deveriam estar prontos para lutar de uma forma específica no campo de batalha.

Entendemos que este seja o quinto ponto de definição da legião como forma romana de lutar para Vegécio. Em campo de batalha, esta deveria dominar os principais momentos de batalha e em nenhum caso deveria ser desagrupada. O penúltimo fator de definição da legião como forma romana de lutar se relacionava ao que fazia com que esta não se desorganizasse em combate: a disciplina e o treino. Por último, havia as ferramentas que facilitavam o trabalho dos soldados tanto em campo de batalha como nos acampamentos. Pela união de todos esses elementos é que:

[...] uma legião bem treinada é como uma cidade altamente fortificada, que traz consigo por todo o lado tudo o que é necessário para o combate, que não receia a

chegada repentina do inimigo, que mesmo no meio dos campos se fortifica rapidamente com foços e paliçadas e que inclui todo o tipo de soldados e de armas. Portanto, se alguém deseja vencer os bárbaros em batalha campal, que peça por meio de todas as suas orações, com o assentimento de Deus e com a vontade do Imperador Invicto, que as legiões sejam restauradas com novos recrutas. E, em pouco tempo, recrutas cuidadosamente escolhidos e treinados diariamente, não só de manhã mas também à tarde, em todo o tipo de conhecimento de armas e da arte da guerra, igualarão facilmente aqueles velhos soldados que submeteram o universo inteiro (VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. II, XVIII).

Desta forma Vegécio ao tentar emular a partir de outros autores (Catão-o-Antigo e Frontino) a legião vitoriosa romana, nos mostra fornece ferramentas para entender a própria relação desse homem com o passado no século IV. Pensamos que o que estava em questão ali não era somente aspectos técnicos que demonstravam uma suposta superioridade da infantaria pesada sobre a cavalaria e a infantaria ligeira. Trata-se da defesa de um modo romano de lutar, que no caso do livro II passava pela definição da legião (com seus sete elementos de definição) como forma romana de combate que poderia levar os romanos a vencer os “bárbaros” em campo e submeter todo o “universo”.

REFERÊNCIAS

FONTES DOCUMENTAIS

VEGÉCIO. *Epitoma Rei Militaris*. Trad. M. D. Reeve . Oxford: Clarendon Press, 2004.

VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. Trad. J.G. MONTEIRO e J. E. BRAGA. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

VEGÉCIO. *Epitome of Military Science*. Trad. N. P. Milner. Liverpool: Liverpool University Press, 1996.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERRILL, Arther. *A Queda do Império Romano: a Explicação Militar*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

GOLDSWORTHY, Adrian. *El ejército romano*. Madrid: Akal, 2007.

_____. *Roman Warfare*. Phoenix: Orion Books, 2007.

_____. No início: de chefe e herói a político e general. In: _____. *Generais romanos: os homens que construíram o Império Romano*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009. p. 15-36.

GRANT, Michael. *Roma: A Queda do Império*. Lisboa: Presença, 2009.

HANSON, V. D. Introduction: Makers of Ancient Strategy. In: HANSON, V. D. (org.). *Makers of Ancient Strategy: From the Persian Wars to the Fall of Rome*. Princeton: Princeton University Press, 2010. p.01-10.

_____. The Modern History of Ancient Warfare. In: (edit.) SABIN, P.; WESS, V. W.; WHITBY, M. *The Cambridge History of Greek and Roman Warfare*. Cambridge: University Press, 2007. p. 3-21.

_____. Hoplite Obliteration: The Case of the Town of Thespiiai. In: (edit.) CARMAN, J.; HARDING, A. *A Ancient Warfare*. UK: Sutton, 2005. p. 203-218.

LONDON, J. E. *Empire of Honour*. Oxford: University Press, 2000.

_____. *Soldiers and Ghosts. A history of battle in classical antiquity*. New Heaven and London: Yale University Press, 2005.

LIEBESCHUETZ, Wolfgang. The end of the Roman army in the western empire. In: RICH, J; SHIPLEY, G. *War and Society in the Roman World*. Londres: Routledge, 2002. p. 265-276.

MAZZARINO, Santo. *O Fim do Mundo Antigo*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

PANIAGUA AGUIAR, David. “Escribir Polemologia em Roma”. *El Futuro del Pasado*. Salamanca, v. 01, n° 01, p. 203-221, 2010.

_____. La arenga militar desde la perspectiva de la tradición polemológica greco-latina. *Talia Dixit 2* (2007), 1-25.

PEIXOTO, Raul Vitor Rodrigues. *As Obras de Polieno e Frontino: Proposta de uma Tipologia dos Manuais Militares Romanos no Principado*. 2011. 206f. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

RICHARDOT, Phillipe. *La fin de l’armée romaine (284-476)*. Paris: Economica, 2002.

_____. *Végèce et la Culture Militaire au Moyen Age (V-XV siècles)*. Paris: Economica, 1998.

RUSSEL, P. E. The Medieval Castilian Translation of Vegetius, *Epitoma de rei militaris*: An Introduction. In: MACKENZIE, A. L. (ed.). *Spain and its Literature. Essays in Memory of E. Alison Peers. Part I: From the Middle Ages to the Siglo de Oro*. Liverpool: Liverpool University Press, 1997. p. 49-63.

SHRADER, Charles R. The Influence of Vegetius' *De re militari*. *Military Affairs*, Vol. 45, No. 4 (Dec., 1981), pp. 167-172.

VARANDAS, José. O Hoplita e a Falange. O Triunfo da Infantaria Simétrica no Mundo Antigo. In: SANTOS, A. R dos; VARANDAS, J. *A Guerra na Antiguidade III*. Lisboa: Caleidoscópio, 2010.

WARD-PERKINS, Bryan . *The Fall of Rome: and the End of Civilization*. Nova York: Oxford, 2005.